

**Casa-instituição: estudo de caso de um adolescente
com passagens no sistema socioeducativo**

Giovana Leão Caixeta Teixeira¹

Anamaria Silva Neves²

Bruno Castro Ribeiro³

Resumo

Este artigo bordejia o recorte da pesquisa de mestrado realizada com a família um de adolescente autor de ato infracional. O arcabouço teórico-metodológico psicanalítico foi convocado como instrumento de intervenção e análise do caso. O objetivo traçado foi o de analisar a repetição do ato infracional como um dos operadores da dinâmica familiar. Foram realizadas entrevistas com o adolescente dentro e fora da Unidade de Medidas Socioeducativas, além daquelas realizadas com seu pai, mãe e padrasto e dos contatos com a rede institucional. As interpretações sobre o caso analisado apontam como a casa da família tornou-se lugar de passagens, ao passo que a casa-instituição permaneceu como único lugar de amparo para alguns de seus membros. O estudo sinaliza, ainda, a fragilidade das políticas públicas destinadas aos sujeitos que, após cumprirem medidas socioeducativas, encontram-se radicalmente desamparados. O paradigma de testemunho é trazido como forma de resistência diante dos desmanches sociopolíticos contemporâneos que acirram o mal-estar civilizatório.

Palavras-chave: Institucionalização. Violência. Família. Desamparo. Psicanálise.

1 Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduada em psicologia pelo Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam). Orcid <https://orcid.org/0000-0001-7393-0362> E-mail: giovanapeleja@gmail.com

2 Professora titular na graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pós-doutorado na Child and Woman Abuse Studies Unit (CWASU), instituição vinculada à London Metropolitan University, em Londres. Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), em Portugal. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-7722-8690> E-mail: anamaria.neves@ufu.br

3 Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em psicologia pelo Centro Universitário de Patos de Minas (Unipam). Orcid <https://orcid.org/0000-0001-5050-458X> E-mail: brunopsim@gmail.com

Introdução

*Quem disse que me mudei?
Não importa que a tenham demolido:
A gente continua
Morando na velha casa
Em que nasceu*
(Mário Quintana, 1976, p. 11)

Neste trabalho, abordaremos a construção de caso realizada durante pesquisa de mestrado sobre as passagens de um sujeito adolescente em uma Unidade de Medidas Socioeducativas. Durante a pesquisa, a mobilização fundamental girou em torno das questões: Como se daria o retorno para casa de um adolescente internado em Unidade de Medidas Socioeducativas em função de ter cometido atos infracionais? Quais seriam as movimentações afetivas da trama familiar na volta do adolescente que cumpriu medida socioeducativa de restrição de liberdade?

O método de pesquisa utilizado foi a construção de caso clínico. De acordo com Figueiredo (2003, p. 78), a construção de caso só aparece pela via do discurso do sujeito, no qual é possível localizar seus sintomas ou seus delírios. Ademais, a construção de caso se diferencia da interpretação em caso clínico. Segundo a autora, a finalidade da construção deve ser “justamente a de partilhar determinados elementos de cada caso em um trabalho conjunto, o que seria impossível na via da interpretação. Assim, a construção pode ser um método clínico de maior alcance” (p. 78). A construção de caso a ser apresentada aqui remonta às entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa de mestrado, bem como das repercussões das discussões entre pesquisadora, orientadora e grupo de supervisão sobre o enredamento do caso. Ainda sobre o método de construção de caso, Figueiredo (2003) sustenta que “o caso não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, que também nos permitem inferir sua posição subjetiva, isto é, se fazemos uma torção do sujeito ao discurso” (p. 79).

As entrevistas com todos os personagens da trama familiar foram realizadas a partir dessa perspectiva, qual seja, trazer à cena os discursos que poderiam fazer encadear a construção de um caso clínico. As entrevistas realizadas com o adolescente Henrique⁴ e seus familiares foram gravadas e transcritas.

A questão formulada no anteprojeto de pesquisa, acerca do retorno de um sujeito autor de ato infracional para casa após o cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade trazia um analisador importante: o retorno para *casa*. A ideia de casa contrapõe as fantasias de lugar familiar, de construção de vínculos, seio de pertença, lócus de amparo, de identificações e reconhecimento. A *velha casa*, mencionada na epígrafe, em que se nasce

4 Os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios.

diz daquilo que, para nós, humanos, é muito caro: a velha casa simbólica, espaço em que nos subjetivamos, em que se pode amar, odiar, experimentar tramas ambivalentes de afetos.

Não é sobre a casa-construção que falamos, mas a velha casa *mítica* que produz traços, marcas e excessos que nos subjetivam. Talvez seja o *riacho* no qual Caetano pôs seus pés e de lá supõe que nunca os tirou⁵.

Pensar nessa velha casa, em suas operações subjetivantes e repetições mortíferas, constitui nosso objetivo neste texto. A partir do aporte teórico-metodológico psicanalítico, faremos um recorte da história de uma trama familiar marcada por passagens e excessos institucionais. Pai, filho e irmão mais velho foram internados/presos em Unidades de Medidas Socioeducativas e penitenciárias brasileiras. A mãe, por sua vez, foi vigiada durante anos pelo Conselho Tutelar e Vara da Infância e da Juventude. O olhar e a intrusão de instituições de controle social produziram traços significativos nas formas e tramas da subjetivação dos sujeitos. A velha casa se tornou a *Casa-instituição*?

A Casa-instituição diz de um deslocamento importante: apesar de as instituições de controle social (abrigo, prisões, centros de internação para adolescentes em conflito com a lei, discursos e prontuários dos Conselhos Tutelares, entre tantos outros) serem concebidas como lugares de *passagens*, no presente caso elas tomam o lugar da casa de referência.

A trama-família aqui analisada é composta pelas seguintes personagens: Henrique, que no início da pesquisa tinha 19 anos incompletos e estava internado pela sétima vez em Unidade de Medidas Socioeducativas por ter cometido atos infracionais diversos; a mãe, Maria, que perdeu a guarda de todos os filhos, é mencionada pelos dispositivos institucionais como mãe desvalida⁶; Inácio, padrasto, é mencionado por Henrique como homem violento e dono de Maria; o pai, Mathias, marcado por uma passagem em penitenciária por tentativa de homicídio; o irmão mais velho, Túlio, encarcerado múltiplas vezes, incluindo o período em que esta pesquisa foi desenvolvida.

As voltas para as instituições de controle figuravam como algo que estivesse, a todo instante, no horizonte das possibilidades para seus sujeitos⁷. São os momentos na casa de família que passam a figurar como puras *passagens*.

A análise das dinâmicas dessa família, que como tantas outras é forjada também pelas malhas da precarização social, requer que os conceitos teóricos utilizados apontem para a imbricação entre as realidades psíquica, política e social, assim como sustenta o método psicanalítico.

De acordo com Iannini e Safatle (2015, como citado em Siqueira, 2016), a psicanálise não se contentou em ser a clínica do sofrimento psíquico. As subjetividades, os sofrimentos psíquicos, os afetos são diretamente associados ao social. Em sua radicalidade, é somente a partir da imbricação com o *socius* que o psiquismo poderá se fundar. Como retoma Rosa (2016), Lacan diria que o inconsciente é a política. Esse pressuposto psicanalítico, que

5 Força estranha, Caetano Veloso (1978).

6 O adjetivo aqui colocado versa sobre o tom que os profissionais se referiam à mãe.

7 As possibilidades de cárcere, de aprisionamento e de morte são também defendidas por uma massa de eleitores e governantes que sentenciam: “*bandido bom é bandido morto*”. O claustro, temporário ou permanente, se torna paradigma de tratamento para os sujeitos ditos “anormais”, “intratáveis”, ameaçadores da norma.

fundamentalmente concebe o sujeito como aquele que nasce do contato com o Outro (político, afetivo, social), orienta nosso trabalho.

Durante a pesquisa de mestrado, orientada pela professora dra. Anamaria Silva Neves, que resultou neste artigo, foram feitas seis entrevistas com Henrique enquanto ele ainda estava internado na Unidade de Medidas Socioeducativas e outras duas após o desligamento institucional; quatro entrevistas com Mathias em seu local de trabalho; uma visita na casa de Maria e de seu companheiro, Inácio; conversas com psicólogos e assistentes sociais da Unidade de Medidas Socioeducativas e de um Centro de Prevenção à Criminalidade.

Partiu-se da seguinte proposição: analisar o ato infracional como um dos operadores da dinâmica familiar do sujeito adolescente que cumpria medida socioeducativa em restrição de liberdade e que estivesse prestes a voltar para casa. Todavia, em pesquisa, *as voltas para casa*⁸ se mostraram impossíveis: não haveria, além da casa-instituição, outro lugar possível que respondesse⁹ por Henrique. Foi possível, ainda, entrever como as outras personagens da trama estavam vinculadas às dinâmicas de violência e aos discursos institucionais que promoveram marcas importantes em seus modos de subjetivação.

Desenvolvimento

1 Família e psicanálise

“... para a psicanálise a família, seja qual for sua evolução, e sejam quais forem as estruturas às quais se liga, será sempre uma história de família, uma cena de família” (Roudinesco, 2003, p. 129).

A família, concebida como lócus de afetos e como instituição atravessada por determinações sociais, históricas e normativas, produz tensões entre suas funções institucionais e os modos de subjetivação dos sujeitos. É sobre essa dimensão institucional da família que este trabalho também se debruçará. Tão nítida e próxima de uma experiência banal e cotidiana, expressão de uma forma que encarna em si a conjunção de afetos vários, a palavra *família*, não obstante, se confunde em uma paradoxal claridade-sombria.

Por não existir A família, a história, a psicanálise, a antropologia e sociologia, dentre outros saberes, se movimentaram para traçar análises sobre sua história. Desvinculada da dimensão estritamente biológica, é seu emaranhado cultural e simbólico que constituirá fonte de interesse.

A família, escreve Neves (2008), é o cenário das “versões controversas sobre amor e agressão, confiança e abuso, respeito e invasão”. As histórias das famílias se voltam para as reminiscências das dores já sentidas, ao passo que as lembranças não se limitam às

8 Esta é uma menção ao título da dissertação “O sujeito adolescente, o ato infracional e a família: considerações psicanalíticas sobre *as voltas para casa*”, da qual extraímos aqui um recorte.

9 Depois que saiu do Centro de Internação, Henrique foi até a Clínica de Psicologia da universidade duas vezes. Ele dizia estar “ficando louco”, “escrevendo coisas loucas”. A “liberdade” parecia enlouquecer. Depois, não voltou. O pai disse que foi pego na tentativa de roubar uma moto e depois um carro. Achava que o filho, dessa vez, tivesse ido para a cadeia.

“interloquções do sujeito consigo mesmo” (p. 24), mas incluem as variadas versões das gerações que o antecederam.

A poesia e a música tentam exprimir essa ambivalência que enlaça casa e trama familiar, como se pode entrever na música *Na hora do almoço*, de Belchior (1974). A hora do almoço, momento familiar banal e corriqueiro de compartilhamento de experiências, desentendimentos, toques, olhares, medo.

Pensar sobre a casa é também refletir sobre as relações tensas e fundamentalmente ambivalentes que se estabelecem entre os sujeitos da família, relações sempre marcadas pela construção do cenário doméstico. Não se tratando apenas de obra arquitetônica, social, cultural e econômica, esse cenário é ainda “a casa da família, lugar e refúgio de um agrupamento peculiar, que produz e reproduz neste cenário filhos, irmãos, tios, avós... mas, de maneira incomensurável, produz singularidades e subjetividades a partir dessa coletividade” (Neves, 2008, p. 48).

Esse agrupamento afetivo, que enlaça sujeitos e transmite conteúdos psíquicos que são, por vezes, da ordem do traumático, foi e continua sendo alvo de intervenções e de controle social: com isso, busca-se conter as ambivalências e as desordens das famílias, especificamente das famílias precarizadas pelo laço social.

De acordo com Neves (2008), a tentativa de organizar premissas conceituais capazes de definir a família constitui uma difícil tarefa. O desafio requer, então, “pensar sobre o suporte teórico que sustenta a intervenção no que tange aos recortes que envolvem a organização familiar, especificamente, a família das camadas populares” (p. 68).

A partir do século XIX, com o intuito de controlar as classes populares e sua infância, surge uma nova série de profissões ligadas à assistência social. De início bastante marginal, o trabalhador social substituiu, progressivamente, o professor primário na “missão civilizadora do corpo social” (Donzelot, 1986, p. 91). Não vinculados a uma única instituição, esses trabalhadores “enxertam-se como apêndice nos aparelhos pré-existentes: judiciário, assistencial, educativo” (p. 91).

A concepção da pobreza e de sua possível “*deseestrutura familiar*” constituiu o pretexto dos trabalhadores sociais que, motivados a intervir nas carências familiares, homogeneizavam e naturalizavam as condições de existência de seus sujeitos. Todavia, como afirma Neves (2008, p. 72), é preciso desnaturalizar a pobreza e vislumbrar suas diversas *gradações*.

Apesar de não constituírem unidade em um único lugar de inserção, os trabalhadores sociais guardam sua singularidade no domínio de suas intervenções: a mira nas classes “menos favorecidas”. O alvo: a patologia da infância em dupla forma — a infância em perigo e a infância em perigo de se tornar perigosa (Donzelot, 1986)¹⁰.

Nas leituras dos especialistas sobre a educação vigiada dos “menores”, há sempre os dados sobre os delinquentes e suas famílias. O saber criminológico se debruça sobre os

¹⁰ Guardadas as particularidades culturais em que o autor supracitado se insere, consideramos, aqui, ainda, a importância de mencionar o fato de que, no Brasil, as políticas de repressão e de caridade destinadas a essa infância se delongaram até a metade do século XX. Representação nítida dessas políticas é o fato de o nosso país ter sido o último a extinguir, de suas cidades, a instituição da Roda dos expostos.

signos em comum, no passado desses sujeitos, e detectam nos invariantes de suas situações os “pródromos de suas más ações” (Donzelot, 1986, p. 91). Assim, é possível estabelecer o *perfil padrão do futuro delinquente*: a figura do pré-delinquente, essa “criança em perigo de se tornar perigosa” (p. 91).

As audácias da prevenção terão o objetivo de capturar o sujeito de seu futuro e presumido delito. Perscrutar-se-ão estudos e intervenções na dinâmica familiar, a partir do contexto social, que faz dessa criança em risco um sujeito de risco. Partindo-se da vontade de reduzir os recursos ao poder judiciário e ao poder penal, o trabalho social irá se apoiar nos saberes psiquiátrico, sociológico e psicanalítico para antecipar a dimensão do drama¹¹ (Donzelot, 1986).

A família de nosso estudo foi alvo de intervenções de controle social, de tentativas e concretizações de rupturas. As institucionalizações de seus membros figuravam como horizonte sempre possível.

2 Construção de caso

Neste estudo, a construção do caso clínico está ancorada na condição de invenções possíveis, no espaço entre pesquisadora, orientadora, grupo de supervisão e a trama familiar, que circundaram os diferentes lugares de movimentação — instituições, residência, reuniões com profissionais da rede. Será feito um recorte do estudo de caso, em que a imbricação casa-instituição figura como elemento importante de subjetivação da trama familiar.

2.1 Henrique: “– É que na verdade eu sou um preso, né?”

Henrique foi indicado pela Vara da Infância e da Adolescência para participar da pesquisa. Durante o contato com essa primeira instituição, Vara da Infância e Juventude, o projeto de pesquisa foi apresentado com a seguinte proposição: o estudo deveria ser feito com um adolescente internado em unidade de medidas socioeducativas e que estivesse na iminência de retornar para casa.

Em seguida, já em contato com a Unidade de Medidas Socioeducativas, as servidoras da instituição diziam: “— Mas ele não recebe nem visita da família... vocês não precisam de um menino que vá voltar pra casa?”. Apesar de Henrique ter sido o indicado pela Vara da Infância, a ideia da psicóloga e da assistente social era mudar de sujeito, mas antes mesmo de ver Henrique, insisto que será ele.

Esse menino magro, negro, frágil e de braços cheios de cortes aceita contar sua história. Seis entrevistas são feitas com ele na instituição. Nesse momento, ele tinha 19 anos incompletos, tendo atingido a maioridade seis meses antes, em internação. Essa era a sétima

¹¹ “A substituição da lei pela educação poderá ser lida de duas maneiras: primeiro, como a anulação do poder repressivo abrindo-se espaço para a ‘educação libertadora’; segundo, como a extensão do poder judiciário nas práticas educativas, como o aperfeiçoamento desse poder e de seus procedimentos. Em suma, como a ramificação infinita de seus poderes” (Donzelot, 1986, p. 93).

vez que cumpria medida socioeducativa de restrição de liberdade por envolvimento com tráfico de drogas e roubos.

A sua narrativa confusa inicia com as palavras: “Ah, assim, né, eu desde que quando eu entrei pra vida do crime eu não tive mais... eu penso comigo que eu não tive apoio nem do meu pai, nem da minha mãe mais. Foi como eles mesmo dizia: ‘Lavei minhas mãos’. Aí foi isso...” (Henrique, primeira entrevista).

Encadeado em narrativas confusas, desamparadas, ele continua: pede ajuda, fala de pessoas desconhecidas que poderiam ajudá-lo. Ao final do primeiro encontro, Henrique pergunta que “influência” esta pesquisa teria em sua vida. Questionei o que ele queria dizer com influência e ele, por fim, pergunta se eu iria ajudá-lo. Respondo que, juntos, podemos contar sua história.

Ao mesmo tempo que sinto como insuportável esse contato, e o desfecho que estava sendo tramado diante de mim, fico totalmente mobilizada pelo caso. A ideia de que aquele garoto, sujeito “das voltas para casa”, não teria casa para voltar me sensibiliza.

Mesmo mencionando a violência e o inexplicável vivenciado na casa da mãe¹² — mãe e padrasto se batiam, cortavam, bebiam excessivamente, “faltavam se matar” —, Henrique supunha a possibilidade de ir morar com ela. Ainda que Maria não o visitasse nem tivesse disponibilizado contato telefônico para receber as ligações do filho, o que fez com que os dois passassem o último ano sem conversar, durante o período da internação, Henrique queria insistir na ideia de que ela o acolheria, justificando essa fantasia na formulação “mãe é mãe”. Nas semanas seguintes, quase não conseguia dizer para ele, na instituição, que poderia ser que o pai dele não o quisesse em casa, além do fato de, naquele momento, não conseguia encontrar Maria¹³.

Desamparado, Henrique identifica-se à figura de preso: diz que em um momento difícil pensava em Maria e fez vários cortes no braço. Os meninos diziam que ele estava “chapando”, e ele afirma que sim, estava “chapado de cadeia”. Diante do insuportável, o sofrimento transforma-se em dor orgânica, que parece acalenta-lo em cortes.

Henrique foi subjetivado pelas relações institucionais. Chamam-no de “preso”, ele não faz nenhum estranhamento com esse adjetivo e, na verdade, concebe a si mesmo como preso. Se tomado como significante, podemos nos perguntar: a quem Henrique está preso? O retorno para a instituição sempre foi estranhamente esperado — ainda que o garoto anunciasse mudança, “regeneração”, o “encontro com Deus do impossível”. A tentativa de encontrar em Deus a saída para sua situação impossível, para a saída de sua vida que se assemelhava a um “ninho de rato”, reflete a impossibilidade de encontrar saída por vias institucionais: há, cada vez mais, entradas, passagens e repetições institucionais.

Na iminência do desligamento institucional de Henrique, que sabíamos que poderia acontecer a qualquer momento, foram feitos alguns contatos com o Centro Socioeducativo e com um Centro de Prevenção à Criminalidade para saber quais as possibilidades de

12 Algo do “insuportável” mencionado por Henrique pôde ser experimentado em uma visita domiciliar realizada na casa de Maria e Inácio, como se verá adiante.

13 Com o intuito de escutá-la, fui à casa dela algumas vezes, encontrando-a só depois do desligamento institucional de Henrique — momento em que ninguém sabia para onde ele havia ido.

acolhimento do garoto após sua saída. Tendo completado 18 anos de idade na instituição, o desamparo legal e a decaída dos direitos da criança e do adolescente estavam postos. As instituições já imaginavam a cena: Henrique iria para as ruas ou para a cadeia. O pai afirmava não querer o filho em casa. A mãe, fugidia, incerta, não aparecia na condição de referência de amparo.

2.2 Das narrativas sobre a mãe

De todas as sete vezes que Henrique foi internado, apenas uma vez a instituição conseguiu contato com a mãe dele. Todos diziam, e o pai continuava dizendo, que Henrique sabia onde ela morava, mas não contava. Soube-se que, quando foi contatada pela instituição para conversar sobre Henrique, Maria negou ter um telefone de contato para falar com o filho, ainda que um celular estivesse em cima da mesa.

Henrique, assim como Mathias, não sabia contar a história de Maria. Essa mulher é narrada pela rede e pelos homens de sua vida como alguém que vivia em situações precárias.

Compreende-se que a internalização da figura da mãe nunca coincidirá com a realidade de fato. A mãe nunca será alcançada. As tentativas de Henrique em narrar, transfigurar e idealizar a mãe apresentam confusões mais extremadas do que aquela que funda o processo de internalização dessa figura. Ele oscilava entre acreditar que a mãe, a todo tempo, em qualquer circunstância, estaria ao seu lado e pensar que voltar para a casa dessa mulher seria, de fato, o caos.

Henrique constrói fugas que proporcionam apagamentos, meios de entrada na instituição, que o faz “chapar”, ergue ficções sobre A Mãe, personagem de cuidados “incondicionais”, que nunca existiu em sua história. Por outro lado, essa mãe nunca tamponou sua própria falta: em verdade, ela sempre expôs sua incompatibilidade com a figura de mãe-sacra. Era Maria quem dizia para os filhos que não conseguiria cuidar deles. Henrique narra esses vínculos precários, mas os contorna e se debate com a figura d’A Mãe sacralizada e, no fundo de sua narrativa, em que quase balbucia, um tanto profana.

Enquanto estava internado, dizia: “Desde o dia que eu vim preso, até hoje eu não tive contato com ela. Num sei se morreu, se tá doente, se tá internada na UTI... num sei. Mas eu acredito que tá bem, dentro de casa... mas eu num sei, né? Só o dia que eu sair mesmo pra eu ver (Henrique, entrevista 3).

Nas entrevistas, Henrique ainda dizia acreditar que teria o apoio da mãe, que o ajudaria a seguir o “caminho certo”. Acreditava que ela estaria lá para recebê-lo:

Mãe, a gente, nunca vira as costas pra gente! Minha mãe me falava: “— Meu filho, você pode chegar aqui do jeito que for. Eu sempre vou abrir a porta proê, que cê é meu filho” . . . Minha mãe é uma pessoa que se eu tiver roubando, vendendo droga, dentro de casa, minha mãe só vai falar: “— Meu filho, só fecha o portão pra ninguém ver o que você tá fazendo aqui dentro” (Henrique, entrevista 3).

Mesmo que, nas visitas das famílias aos filhos, nas instituições de internação, predomine a figura feminina, materna, das mães santificadas pelos filhos, o que saltava na construção de caso era a omissão da mãe. Fui à casa de Maria algumas vezes, mas não a encontrava. Quando

consegui encontrá-la na visita, a mãe era silenciada por Inácio. Em suas narrativas sobre a mãe, Henrique dizia com custo:

Aí foi um ponto que minha mãe sentou com a minha irmã e explicou pra ela, o que ela tinha que fazer, que era, que ela não podia vim morar com ela, porque... tipo assim: “— Minha filha, a mamãe não, não tem lugar pra morar com cê, não tem”. Isso é a coisa mais triste que eu penso, né? Minha mãe virar pra minha irmã e falar que num tem lugar pra morar com ela: “— Cê quer vim morar com a mamãe? Nós vai morar debaixo de um viaduto...”. Ela queria vim!! Queria... Porque ela num entendia... (Henrique, entrevista 2).

Maria, que perdeu a guarda de todos os filhos, tentava se afastar deles. De acordo com Henrique, essas tentativas eram uma forma de protegê-los, para que não passassem pelas dificuldades que ela vivenciava. Também o relacionamento da mãe com Inácio foi ressaltado como motivo para que a mãe não o amparasse quando Henrique era levado para a delegacia:

Foi quando a minha mãe mais se da... se distanciou de mim. Eu tinha 11 ano... Que minha mãe mudou pra Itumbiara, e deixou sozinho! Deixou sozinho! Que ela sabia que eu fugia da casa do meu pai pra ir mo... pra ir com ela. Aí do mesmo jeito eu podia voltar pro meu pai. Aí ela foi e sumiu, deixou eu sozinho dentro de casa. Aí eu fui... meu pai foi preso. Aí quando meu pai saiu eu continuei morando com ele. Aí eu peguei... aí quando a minha mãe voltou pra Uberlândia eu fugi de novo, fui morar com ela. Foi aí que foi acontecendo várias coisa, indo preso várias vezes, ela, ela nunca ia em delegacia me tirar... Que quando nós é de menor, sempre tem que ter o responsável pra ir lá, pra assinar. E ela não ia! Não ia. Por quê? Ela num... questão de documento... que... que ela tirava documento, meu padrasto ia lá e jogava fora... queimava... tipo que ele é o dono dela!!! Ela se... se ela for fazer alguma coisa, ele tem que deixar... Assim, num entendo a vida dos dois! A vida dos dois pra lá. Só sei que ele é o dono dela! Ela só põe o pé na rua se ele deixar (Henrique, entrevista 3).

Conforme Aulagnier (1975 *apud* Ceccarelli, 2005, p. 274), o desejo de violência da mãe direcionado ao *infans* é um dado universal: o desejo de violência da mãe direcionado ao *infans* não apenas existe, mas é geral. Assim, não se deve confundir a “violência” com esse dado universal, que “se deve ao fato mesmo do investimento, nem com as diversas formas de rejeição materna, nem tampouco com o superinvestimento defensivo a que isso pode levar” (Ceccarelli, 2005, p. 274).

Ao contrário, o conceito de violência traduz o descompasso entre o que a mãe projeta na criança e o que esta será. O termo violência é pertinente por vir ligado ao fato de que o *infans* jamais corresponderá às expectativas nele projetadas, a partir do psiquismo dos pais, em especial da mãe.

O efeito de antecipação, produzido pela interpretação que o discurso maternal faz do conjunto das manifestações que o *infans* vivencia, constitui o que Aulagnier chama de “violência primária”. A violência é a consequência do encontro entre o corpo do *infans* e a psique materna, e liga-se à necessidade de estabelecer um representante do sujeito (a sombra falada) lá onde ainda só existem potencialidades. Assim, o sujeito, ao construir-se, o Eu, surgirá em um espaço pré-formatado por uma espera que não é sua. Violência necessária para permitir o acesso do sujeito à ordem do humano mas, de

qualquer forma, violência quando se considera tudo aquilo que a mãe vai transmitir e impor a partir daí. Da mesma forma que não existe tábula rasa em genética, não pode existir sujeito humano sem essa pré-forma, e é na decalagem entre o *infans* e a sombra falada que será possível constatar uma violência (Ceccarelli, 2005, p. 275).

Com isso, a capacidade da criança de responder a essa violência está diretamente relacionada ao que se espera desse sujeito. Tanto a expectativa que cola o desejo da mãe à criança quanto a ausência de expectativa produzem um “excesso” violento no *infans*, excesso que poderá ter consequências variadas (Ceccarelli, 2005).

Apartir desse conceito de violência, surgem as questões: Quais seriam as projeções maternas depositadas em Henrique? O que se desejava de Henrique? O que se desejava em Henrique? De uma mãe totalmente ausente, escorregadia, também violentada, incerta e falada pelo filho a partir de várias rupturas e cisões, o que se espera? A construção possível diante disso é que a violência primária existiu de maneira bastante incerta, já que o desejo a ela atrelado se faz também distante. Durante a pesquisa, tentou-se encontrar encadeamentos na história dessa mulher que pudessem ter feito com que ela não conseguisse cuidar dos filhos, mas sua história continua ainda abafada.

É após a saída de Henrique da instituição que consigo, pela primeira vez, encontrar Maria na casa dela. Nesse dia, ninguém sabia para onde Henrique havia ido. Foi Inácio que tomou conta da entrevista, e Maria, mais uma vez, teve sua história abafada. Penso, em vários momentos, sobre o que a leva a abafar e se ausentar dessa história.

Durante essa visita, pude sentir algo do insuportável mencionado por Henrique. Mãe e padrasto estavam alcoolizados: o padrasto dirigia a mim ameaças e a Maria, ofensas. Por vezes silenciava Maria, que ainda tentava controlar a situação, fazendo elogios a mim e ao companheiro.

No primeiro momento, acreditei que estava sozinha com Maria. Logo em seguida, Inácio se levanta aos gritos, trôpego, dizendo que se lembrava de eu ter ligado e afirmava “saber meu nome”. Pediram-me que sentasse, obedeci. Chamaram-me para entrar ainda mais na casa, para que me mostrassem o que tinham de comer. Respondi que eu não precisava ver, bastava que falassem, se assim desejassem. Insistiram. Obedeci, com medo. Sentia nojo de como aquele homem falava suas malícias. Sentia angústia e raiva em pensar que, de fato, Henrique nunca pôde estar ali. Sentia vontade de saber onde ele estava.

Ainda assim, sentia no enredo daquele homem e daquela mulher muita ingenuidade: como crianças que quisessem convencer alguém de que tudo está indo bem. A ingerência das instituições de controle provocou o medo e a sensação de estarem sempre errados. Depois de um tempo, senti calma. Expliquei o motivo do contato, que não estava ligada à polícia, à Unidade de Medidas Socioeducativas, ao Conselho Tutelar, à Vara da Infância e da Juventude... Eles aceitaram participar da pesquisa.

2.3 O pai exausto

De início, Mathias negava com insistência sua participação na pesquisa. Nos quatro encontros que tive com o ele — três enquanto Henrique estava internado e um quando o filho já havia sido saído da instituição —, conversávamos em pé, separados por um balcão. Na primeira e segunda entrevistas, apesar de negar sua participação, Mathias falava muito, até gritava.

Ele afirma que tentou de tudo com Henrique, chegando até a ir chorando atrás dele, quando o filho fugiu de casa para ficar com a mãe. Quando isso aconteceu, disse que o lugar do filho era com ele, o pai. Os gritos de Mathias sugeriam cansaço, movimentação afetiva, oscilação entre descrença na mudança do filho e os sonhos de que um dia ele, de fato, pudesse viver na “normalidade”.

Mesmo gritando e, por vezes, dizendo não querer participar da pesquisa, assina o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Da segunda vez, disse a ele que teria de voltar por ter colocado a data errada no documento. Ele aceitou que eu voltasse até lá para corrigir o erro, sendo, desta vez, convidado a falar sobre a sua história.

No primeiro encontro, Mathias disse: “Eu excluí aquele menino da minha vida”. O pai começou pela mesma exclusão que Henrique iniciou sua narrativa. Havia feito de tudo que pudesse pelo filho, que não seguiu os conselhos, as recomendações, seu exemplo. Sabia muito bem o que era a cela, a cadeia. Quando descobriu uma traição de Maria, tentou matar o pai biológico de Matheus, irmão mais novo de Henrique¹⁴. Devido à tentativa de homicídio, ficou preso por um ano e quatro meses. Mathias lembrava do cárcere e afirmava: “Eles dizem que o inferno não existe... existe. Aquilo lá é o inferno” (Mathias, entrevista 1).

Outro tempo difícil de sua vida foi vivenciado no casamento com Maria. Essa relação é nomeada como “qualquer coisa, menos casamento”: um “casamento porcaria”. Eles eram alcoólatras e viviam em bares, sem qualquer “responsabilidade”. Maria continua bebendo todos os dias. Mathias nunca mais usou álcool e disse que, naquele tempo, ele já sabia que era alcoólatra. Deixou de beber depois de ter se separado da mãe de Henrique.

Nos papéis, entretanto, eles continuavam casados, ainda que pai e mãe tenham outro relacionamento há anos. Mathias contou que não se separou legalmente porque ela iria querer pensão. Agora que Henrique já havia completado 18 anos, seria possível a separação. Entretanto, o “juiz terá de assinar por ela”, já que ele não sabia onde morava Maria.

Em suas tentativas de contar um pouco sobre as histórias dessa trama afrouxada, Mathias começava a querer encontrar explicações para os filhos serem do jeito que são. Falava que “cada pessoa é uma pessoa, diferente do pai e de mãe”. Mas citou o sangue da família materna de Henrique e Túlio: os tios maternos são todos ladrões. Apenas um deles não usa drogas. Este, diz, “Tira sua meia sem tirar seu calçado” (Mathias, entrevista 3). Túlio, disse Mathias, também consegue roubar qualquer coisa de alguém, passando despercebido.

Mathias não deixou de falar de sua própria família e mencionou que ele próprio foi o pior de todos: “Tudo era minha culpa” (Mathias, entrevista 3). Mas mudou. Depois da separação, de ter parado de beber, depois de ter sido preso, aprendeu muita coisa. Todavia, os filhos continuavam errando, assim como, em sua concepção, Maria continuava no erro.

Na primeira entrevista, Mathias disse não mais entender os pais que se desesperam e “arrancam os cabelos por causa dos filhos”. Depois da ida para o seu “inferno”, a cadeia, parou de sofrer. Comentava estar cansado e não querer prejudicar a própria família (mulher

¹⁴ O peso da traição recai sobre Henrique em forma de desconfiança: Mathias passou a acreditar que também não era o seu pai. Fizeram exame de DNA, o qual comprovou a paternidade. Henrique sentiu-se deslegitimado e fala que a partir daí o pai começou a tentar se distanciar dele.

e enteadas, as quais concebe como filhas) por causa de Henrique. Citava dois possíveis empregos: no norte e no sul do país. Ele falava que ainda não havia ido porque teria que buscar o filho na instituição quando Henrique ganhasse liberdade. A obrigação, os problemas, a cansaça, repetia, sempre caíam sobre ele. Nesse primeiro encontro, ele repetia: iria buscá-lo no momento em que o filho tivesse que sair, mas visitas não faria: “Você pode ver. Eu não vou lá. Você já viu ele? Parece bonzinho, né...” (Mathias, entrevista 1).

Mathias sempre retomava a descrença no filho: Henrique, ele dizia, morreria assim que saísse da instituição. Outra hipótese levantada era a “cadeia”. Quase não havia lamento: “Foi a vida que ele escolheu” (Mathias, entrevista 1).

Eu ficava presa nas oscilações daquele homem, que, às vezes, esfregava os olhos vermelhos, cheios de lágrimas, e sorria. Ele convocava palavras de abandono e de amor, numa mistura de afetos, gestos, sorrisos com e sem graça. O filho, contava, conseguia ser amado pelas pessoas. “Pode procurar por aí. Todo mundo gosta dele”. Repetia uma e várias outras vezes: não teria mais conversa com Henrique. Ao mesmo tempo, não cansava de dizer “Eu gosto dele! É um menino esperto. Acho que é por isso que eu gosto dele...” (Mathias, entrevista 1).

Apesar da referência ao carisma de Henrique, o pai não suportava o jeito que o filho falava, às vezes, suas gírias, sua forma de se vestir. Mais do que isso, Mathias sentia irritação ao enxergar no filho algo de sua ex-mulher: “É cínico igualzinho a mãe dele . . . Quando eu vejo ele falar que ‘tá de boa’ [imitando fala e jeito de Henrique] é a mesma coisa de ver a mãe dele . . . Ele pensa que é esperto, igual a mãe dele acha que é” (Mathias, entrevista 4).

Em relação a Maria, Mathias disse: “Eu gostava dela... eu gostava” (Mathias, entrevista 4). Agora, dizia ter ódio e raiva dela. Pergunto como foi a vida de Maria. Mathias falava não saber direito. Somente afirmava que ela é alcoólatra.

Mathias narrava os desgostos com os filhos. De acordo com ele, Henrique e Túlio pareciam gostar da vida enjaulada. No terceiro encontro, disse não visitar Henrique na instituição e fala sobre o cheiro de lá: “O cheiro daquilo até me...”. Mathias não completou a frase sobre o cheiro da Unidade de Medidas Socioeducativas, que lhe lembrava o cheiro e o inominável representado pelos tempos que esteve na cadeia. Ele fez uma visita a Henrique, mas solicitou que esta fosse realizada na parte administrativa da instituição. Essa visita aconteceu em uma internação do filho anterior à última.

A menção ao cheiro da instituição fez também com que Mathias relembresse, às vezes, que presenciou colegas de cela serem espancados até a quase morrerem, nada podendo fazer. Falava das vezes que chorou e de o quanto teve de ser, na cadeia, o que não é para suportar a prisão.

Na cadeia, refletia, era preciso ser o que não se é. Contou que arrumou briga com um agente penitenciário. Os presidiários, quando eram tirados das celas, para algum atendimento, eram chamados de bandidos. Um desses agentes um dia disse para ele: “Vem cá, ladrão!”. Mathias não aceitou e acabou gritando com ele: “Eu não sou ladrão!” (Mathias, entrevista 3).

Narrou, com tristeza, os tempos de cárcere. De dia, quando alguma visita importante ia até lá, era como se pintassem uma situação irreal. À noite, diz, “Não existia Direitos Humanos”. Ele me perguntou: “Você sabe quem manda na cadeia?” (Mathias, entrevista 3).

Não respondo, enquanto ele ficava me olhando, e então completa: “Os presos. De celular, de droga que tem lá dentro, você não calcula. Eu ligava aqui, conversava aqui todo dia. Eu não tinha celular, porque era caro. Mas eu falava aqui”.

Mathias contou que a instituição sabe da existência de droga na cadeia, mas ela é aceita porque, sem ela, tudo aquilo seria quebrado, destruído. Uma solução, disse, seria matar todos os presos. “Mas isso eles não fazem...” (Mathias, entrevista 3). Ele sugere que de tudo pode se fazer com quem está preso, menos matar, o que causaria problemas.

Embora tenha afirmado ser favorável à institucionalização da pena de morte (Mathias, entrevista 3), na quarta entrevista, Mathias também formulou uma hipótese sobre o cenário político-eleitoral, ao supor que, caso Lula não pudesse concorrer à eleição, Bolsonaro venceria o pleito. Se fosse esse o desfecho, Mathias dizia, “esses meninos vão sofrer na mão dele” (Mathias, entrevista 4). Perguntei em quem ele estava pensando em votar. Ele disse querer votar em Lula, que “Bolsonaro é um psicopata . . . Já disse até que vai cortar a verba dos Direitos Humanos” (Mathias, entrevista 4).

Mesmo que acreditasse que os meninos, nas Unidades de Medidas Socioeducativas, são “tratados como bibelôs”, ele discordava das propostas de Bolsonaro e afirmava que os garotos sofreriam muito se ele fosse eleito. Ao mesmo tempo, ele discordava da disparidade de penalizações entre maiores e menores. Cita um exemplo: “Se eu matar alguém, vou pegar 30 anos. Vou puxar ali talvez seis ou oito. Um menor que dá tiro na cara dos outros pega quanto? Três aninhos!” (Mathias, entrevista 4).

Em suas idas e vindas, em meio às ambivalências, às frases “Aquele menino vai morrer rapidinho. E eu ainda vou ter que gastar dinheiro pra enterrar” e “Eu tenho dó daqueles meninos...” (Mathias, entrevista 2), o pai afirmava sua exaustão e sentenciava que a mãe de Henrique, agora, teria de assumir o filho.

Considerações finais

Os personagens da trama revelam um pouco a dinâmica que conseguem tecer: Túlio, irmão mais velho, nunca escutado, encarcerado múltiplas vezes; Mathias, marcado pelos tempos que esteve enjaulado na “Colônia”, por tentativa de homicídio; Maria, enclausurada no vínculo violento estabelecido com Inácio e nos discursos institucionais de mãe desvalida; Henrique, preso à repetição incansável de internações e nas tentativas de achar qual seria seu lugar. Esses sujeitos, em seus exaustivos rituais de possessões institucionais, construíram suas carreiras morais (Goffman, 2015). Mais do que isso, forjaram seus modos de subjetivação no encontro com o poder (Foucault, 2006).

Há que se pensar a “desinstitucionalização” de Henrique como movimento burocrático de desligamento da Unidade de Medidas Socioeducativas. Tendo alcançado a maioria e já próximo o fim do cumprimento da medida socioeducativa, o garoto não mais poderia voltar para essa instituição. Todavia, é possível afirmar que *Henrique nunca foi efetivamente desinstitucionalizado*. Podemos pensar a vida dele radicalmente, cada vez mais, institucionalizada. Há no caso, como se pôde entrever, a imbricação de sua subjetividade com variadas instituições de controle social. Henrique foi desligado da instituição, mas não

vivenciou um processo de separação que lhe desse a mínima condição de sobreviver e fazer morada em outro lugar.

Henrique forjou-se em *passagens* institucionais. Essas passagens não conferem encadeamento simbólico: é sempre uma passagem, uma passagem, uma passagem... que não se somam. Não há composição de passado, presente, futuro. A cadeia só se torna significativa (S1-S2), em função de S2, que dá, *retroativamente*, significação a S1 (Nascimento, 2010). As passagens de Henrique não adquirem significação simbólica. Ele diz: “É! Na minha outra cadeia, eu marchei oito meses. Aí depois eu saí” (Henrique, entrevista 1). A composição de “passado, presente, futuro” fica despedaçada: no passado, no presente e no futuro, as passagens institucionais tomam a narrativa de forma maciça.

A escuta estilhaçada das falas confusas de Henrique passa a entoar reverberações outras: a trama familiar apostava na instituição como lugar possível de pertença de Henrique e de Túlio.

Maria Rita Kehl, no prefácio do livro *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*, de Rosa (2016), apresenta a seguinte questão: “O que pode o instrumental psicanalítico, criado para investigar a razão inconsciente do sofrimento individual, diante do desafio de uma clínica do social?” (p. 7). Essa inquietação produz ecos em nosso trabalho e análises que fazem pensar sobre as possibilidades de resistências dos sujeitos precarizados, desenraizados do laço social, perante cenas violentas que sugerem impossibilidades simbólicas.

Fundamentalmente, este trabalho configura um testemunho de nosso cenário político-social. Mesmo diante dos fracassos, acredita-se que a escuta psicanalítica faça frente aos discursos que tamponam os sujeitos e os impedem de construir narrativas sobre o que foi vivenciado. A psicanálise remonta a prática de transformação das vivências em experiências. O testemunho é trazido como paradigma da potência deste estudo.

É nesse cenário incerto, marcado por ambivalências e angústia, que empreendemos a jornada de tentativas de perguntar para Henrique, para a trama familiar, e para a rede, qual seria seu lugar. Para qual *casa* Henrique voltaria? Para a cadeia, para a *casa-instituição*: lugar estranhamente familiar que o nomeou, alimentou e recortou sua história.

Apesar de, no momento de delineamento deste projeto, ter insistido, como pesquisadora, “nas voltas para casa” do sujeito que foi internado por cometer atos infracionais, fui, cada vez mais, confrontada com a possibilidade *outra* de ser casa: a instituição.

É a instituição que oferece abrigo e nomes: é a *casa* que fez com que Henrique e sua família pudessem existir, ainda que nos registros e relatos frios do aparelho judiciário. A carreira moral dessa trama é tecida nas passagens institucionais e processos de subjetivação imbricados pela *casa-instituição*.

As constantes passagens institucionais por que passam os sujeitos dessa família ensejam a revisitação de um lugar estranhamente familiar. A instituição como espelho, reflexo decaído do que são seus sujeitos. Há, nela, reconhecimento possível, ao mesmo tempo que é negado, almejado.

Tratamos de um contexto específico: o de precarização social, da família marcada pela intrusão do público no privado, por meio de instituições como o Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Polícia etc., por situações de vulnerabilidade e de violência sistêmica.

Todavia, não tomamos como ponto de partida a ausência de capacidade crítica que as pessoas dessa família possa ter para pensar em seus modos de existência. É por concebermos a potência de suas narrativas sobre *as realidades*, social e psíquica, em que estão mergulhadas que este estudo vem sendo traçado.

Nesse cenário, a casa-instituição encena o lugar estranhamente familiar de Henrique e da família. Freud (1919/1996) concebe o estranho como a categoria do assustador, que remete ao que é, para o sujeito, algo inquietantemente familiar.

De início, Freud (1919/1996) indica que a palavra alemã *unheimlich* — estranho — pode contrapor *heimlich* — “doméstica”, familiar. *Unheimlich* é o nome de tudo o que deveria ter permanecido sombrio, oculto, mas que veio à luz. No entanto, o autor vai além dessa definição e descobre que *heimlich* anuncia a ambiguidade: pode significar o que é familiar e agradável, mas também o que está oculto, secreto, sombrio. *Heimlich* é a palavra cujo significado impõe certa ambivalência, até coincidir com seu oposto, *unheimlich* (Freud, 1919/1996).

O inconsciente, diz Rosa (2016), é o “insabido” que sabe, “o saber que o sujeito veicula, mas ignora” (p. 22). O inconsciente é o que deveria ficar oculto, mas retorna. Assim, como a casa-instituição é o lugar sombrio, mas familiar, é onde Henrique sempre esteve. A casa-instituição, marcada pelas falas de Henrique como um lugar terrível, como “a pior coisa”, é inconscientemente buscada por ele, que repetia seus atos e retornava para sua estranha casa, seu único lugar de amparo.

Durante os contatos com os sujeitos da trama familiar, bem como com a rede institucional em que transita esses sujeitos, a pergunta “qual o lugar de Henrique?” teve, por intuito, mobilizar estranhamentos perante o desamparo subjetivo, social e legal em que ele, como tantos outros meninos, se encontra. Talvez o objetivo tenha sido o de movimentar, ainda que minimamente, as crenças que naturalizam essa condição extremamente precária.

As instituições de controle e defesa sociais sabiam que Henrique não teria para onde ir. Na verdade, parece que todos previam que ele voltaria para as ruas, para o crime. Nenhuma movimentação em rede estava sendo feita, já que havia se tornado maior de idade na instituição e, conseqüentemente, “responsável por seus atos”.

Retomar a denúncia dos furos das políticas públicas — as quais acabam sentenciando esses sujeitos como sujeitos-dejetos — é imprescindível nesse momento tão dolorido na história do país¹⁵. É importante olhar para a cena que se desenha e repete: um garoto que se tornou maior de idade, os portões da instituição abertos para a “liberdade”, a rua e nenhum amparo possível.

Referências

Belchior. (1974). *Hora do almoço* [Música]. No álbum *Mote e glosa*. Philips.

Ceccarelli, P. R. (2005). Violência simbólica e organizações familiares. In T. F. Carneiro (Org.), *Família e casa: efeitos da contemporaneidade* (pp. 266-277). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

¹⁵ Os gritos que sugerem que “bandido bom é bandido morto” e a recente declaração de Bolsonaro, que dizia que O Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser “rasgado e jogado na latrina” refletem a forma como parte da sociedade brasileira tem olhado para esses sujeitos e seus direitos.

- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias* (M. T. da C. Albuquerque, Trad.; J. A. G. Albuquerque, Rev. Téc.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Figueiredo, A. C. (2003). A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 75-86. Recuperado em 08/06/2026 em: <<https://doi.org/10.1590/1415-47142004001006>>.
- Foucault, M. (2006). A vida dos homens infames. In M. Foucault, *Estratégia, poder e saber* (M. B. de Motta, Org.; V. L. A. Ribeiro, Trad., 2. ed., pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Freud, S. (1996). O estranho. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1919).
- Goffman, E. (2015). *Manicômios, prisões e conventos* (D. M. Leite, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Nascimento, M. B. (2010). Alienação, separação e travessia da fantasia. *Opção Lacaniana Online*, 1(1). Recuperado em 08/06/2026 em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- Neves, A. S. (2008). *Família no singular, histórias no plural: a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Quintana, M. 1976. *Apontamentos de História Sobrenatural*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem* (A. Telles, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Siqueira, F. G. (2016). *Inimigo íntimo: um estudo sobre a segregação e a violência nas fronteiras entre a política e a psicanálise*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Recuperado em 03/06/2026 em: <<https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/caa67a3f-ed0c-4b30-b1cc-301c0649b23b/content>>.
- Veloso, C. (1978). Força estranha [Música]. No álbum *Muito (Dentro da estrela azulada)*. Philips.

**House-institution: a case study of an adolescent with
a history in the juvenile justice system**

Abstract

The objective drawn by this research was to analyze the repetition of the infraction act as one of the operators of family dynamics. The interpretations on the case analyzed show how the family home became a place of passage, while the house-institution remained the only place of protection for some of its members. The study also indicates the fragility of the public policies aimed at the subjects who, after fulfilling socio-educational measures, are radically helpless. The testimony paradigm is brought as a form of resistance in the face of the contemporary sociopolitical breakdowns that aggravate the civilizing malaise.

Keywords: Institutionalization. Violence. Family. Helplessness. Psychoanalysis.

**Maison-institution: étude de cas d'un adolescent ayant
des passages dans le système socioéducatif**

Résumé

Cet article présente l'extrait de la recherche de maîtrise menée auprès de la famille d'un adolescent délinquant. Le cadre théorico-méthodologique psychanalytique a été utilisé comme instrument d'intervention et d'analyse du cas. L'objectif esquissé était d'analyser la répétition de l'infraction comme l'un des opérateurs de la dynamique familiale. Des entretiens ont été réalisés avec l'adolescent à l'intérieur et à l'extérieur de l'Unité de mesures socio-éducatives, en plus de ceux réalisés avec son père, sa mère et son beau-père et les contacts avec le réseau institutionnel. Les interprétations du cas analysé montrent comment la maison familiale est devenue un lieu de passage, tandis que la maison-institution est restée comme le seul lieu de soutien pour certains de ses membres. L'étude signale également la fragilité des politiques publiques visant des sujets qui, après avoir respecté les mesures socio-éducatives, sont radicalement démunis. Le paradigme du témoignage est apporté comme une forme de résistance face aux ruptures sociopolitiques contemporaines qui intensifient le malaise civilisateur.

Mots-clés: Institutionnalisation. Violence. Famille. Impuissance. Psychanalyse.

Casa-institución: estudio de caso de un adolescente con antecedentes en el sistema socioeducativo

Resumen

Este artículo hace un recorte de la investigación de maestría realizada con la familia de adolescente autor de acto infractor. El marco teórico-metodológico psicoanalítico fue convocado como instrumento de intervención y análisis del caso. El objetivo trazado fue el de analizar la repetición del acto infractor como uno de los operadores de la dinámica familiar. Se realizaron entrevistas con el adolescente dentro y fuera de la Unidad de Medidas Socioeducativas, además de aquellas realizadas con su padre, madre y padrastro y de los contactos con la red institucional. Las interpretaciones sobre el caso analizado apuntan como la casa de la familia se convirtió en lugar de pasajes, mientras que la casa-institución permaneció como único lugar de amparo para algunos de sus miembros. El estudio señala, además, la fragilidad de las políticas públicas destinadas a los sujetos que, después de cumplir una medida socioeducativa, se encuentran radicalmente desamparados. El paradigma de testimonio es traído como forma de resistencia ante los desmanes sociopolíticos contemporáneos que agravan el malestar civilizatorio.

Palabras clave: Institucionalización. Violencia. Familia. Desamparo. Psicoanálisis.

Submetido em: 19/07/2021

Revisado em: 14/07/2025

Aceito em: 16/07/2025